



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 1/SES/ASSJUR-JR/2020

PROCESSO Nº 1320.01.0081996/2019-40

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: São Sebastião do Paraíso

NMAA: Sul

SRS: Passos

PROCESSO SEI: 1320.01.0081996/2019-40

ATIVIDADE SISAUD: 585

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde
- Sr. Wandilson Aparecido Bícago

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Sul / Alfenas na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso de 26 a 29 de agosto de 2019, que originou o Ofício/ SES/AUDSUS nº 142/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações:

1 - Constatação: 582669 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não organiza o acesso à população própria e referenciada por outros municípios para realização de cirurgias eletivas de catarata/facectomia de acordo com as normas vigentes. Em desacordo com a Portaria GM/MS nº 2.895/2018, artigo 5º, com a Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018 e com a Portaria Consolidada nº 2/2017, anexo XXVI, Capítulo I, artigo 6º, § 3º.

2 - Constatação: 582673 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza o controle dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata/facectomia, disponíveis à população referenciada por município de origem conforme legislações vigentes. Em desacordo com Portaria

MS/GM Nº 2.895/2018, art. 5º, Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018 e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso V.

3 - *Constatação: 582674 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza a gestão da fila dos usuários do SUS para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia. Em desacordo com Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso V.*

4 - *Constatação 582677 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião de Paraíso autoriza procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia para usuários do SUS que não são regularmente encaminhados. Em desacordo com o Decreto nº 7.508/2011, art. 13, Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I, art. 8º, § 1º, inciso I e V e a Nota Informativa SES/SUBREG/DPPI de 09/2018 Conteúdo da Nota Informativa.*

PARECER

O Sr. Wandilson Aparecido Bícego (Pessoa Física e representante legal da Pessoa Jurídica), apresentou recurso referente ao Relatório Final de Auditoria, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas. (**PROCESSO SEI: 1320.01.0081996/2019-40. Defesa (17694934) Pessoa Jurídica e Defesa (17695103) Pessoa Física**). Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

1 - Constatação: 582669 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não organiza o acesso à população própria e referenciada por outros municípios para realização de cirurgias eletivas de catarata/facectomia de acordo com as normas vigentes.

Assim se manifestou o Auditado:

“Diante do acatamento parcial, vimos reforçar que acatamos vossas orientações quanto ao seguimento do fluxo via SUSFÁCIL/módulo ambulatorial, como já justificado anteriormente e ainda implantamos o Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso - MG, sendo todas as cirurgias agendadas seguindo os critérios nele estabelecidos, bem como a relação dos pacientes com a indicação de cirurgia em tela das referências intermunicipais.

Sendo o que temos a relatar, solicitamos o acatamento total dessa justificativa.”

2 - Constatação: 582673 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza o controle dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata/facectomia, disponíveis à população referenciada por município de origem conforme legislações vigentes.

Assim se manifestou o Auditado:

“Como a análise da justificativa é semelhante a anterior e diante do acatamento parcial, vimos reforçar que seguimos vossas orientações quanto ao seguimento do fluxo via SUSFÁCIL/módulo ambulatorial, como já justificado anteriormente e ainda implantamos o Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso - MG, sendo todas as cirurgias agendadas seguindo os critérios nele estabelecidos, bem como a relação dos pacientes com indicação da cirurgia em tela das referências intermunicipais, ou seja as condutas são iguais Independente se é do Município sede ou de referência, seguimos o mesmo protocolo e fila do SUSFÁCIL/módulo ambulatorial.

Sendo o que temos a relatar, solicitamos o acatamento total dessa justificativa.”

3 - Constatação: 582674 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso não realiza a gestão da fila dos usuários do SUS para procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia.

Assim se manifestou o Auditado:

“Implantamos o protocolo de Regulação das Cirurgias de Catarata, sendo o município regulador das mesmas, obedecendo o fluxo do SUSFÁCIL/módulo ambulatorial, e ainda, reforçamos que diante do acatamento parcial, obedecendo vossas orientações sendo as cirurgias agendadas a partir dos critérios estabelecidos e os encaminhamentos seguindo a fila de espera.

Sendo o que temos a relatar, solicitamos ou acatamento total desta justificativa.”

4 - Constatação 582677 - A Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião de Paraíso autoriza procedimento cirúrgico eletivo de catarata/facectomia para usuários do SUS que não são regularmente encaminhados.

Assim se manifestou o Auditado:

“Como já relatado em justificativa anterior, não ficou evidenciado em nenhum depoimento citado, por parte de servidores desta Secretaria esta evidência, uma vez que todos os laudos foram autorizados previamente pelo médico regulador. No entanto desconhecemos o teor do Termo de Depoimento da, até então, gerente da Santa Casa F.G.C. para afirmarmos se procede ou não as informações prestadas.

Assim que Assumimos a gestão desta Secretaria, o que mais prezamos foi a organização e a regulação dos procedimentos realizados pelo prestador sendo que todos os encaminhamentos possuem autorização prévia e revisão in loco posterior a realização para processamento e pagamento.

Implantamos o Protocolo de Regulação das Cirurgias de Catarata, sendo o município o regulador das mesmas, obedecendo o fluxo do SUSfácil/módulo ambulatorial, e ainda, reforçamos que diante do acatamento parcial, acatamos vossas orientações e todas as cirurgias agendadas seguem os critérios estabelecidos e os encaminhamentos seguem a fila de espera.”

ANÁLISE

Quanto às constatações supracitadas, o Auditado informou que implantou o Protocolo de Regulação de Cirurgias Eletivas de Catarata na SMS e que as cirurgias são agendadas seguindo os critérios estabelecidos. A Equipe de Auditores considerou parcialmente as alegações do Auditado em primeira instância, tendo em vista as adequações promovidas, como a substituição das planilhas pela inserção dos pacientes na Fila de Eletivas do SUSFÁCIL/Módulo Ambulatorial, realizadas a partir do dia 21 de agosto de 2019. Nesse sentido, consideramos que a correção das irregularidades se encontrava em andamento na época da apresentação do recurso.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos e que foram apresentadas justificativas válidas, aptas a afastar as irregularidades parcialmente ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, somos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades impostas ao Auditado, referentes aos itens **1 (constatação: 582669), 2 (constatação: 582673), 3 (constatação: 582674) e 4 (constatação 582677).**

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação apontada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente as constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Por fim, convém recomendar que numa próxima auditoria seja verificado o cumprimento das adequações propostas, visando assegurar a melhoria da assistência prestada aos usuários do SUS e o aperfeiçoamento da gestão quanto ao fluxo de encaminhamento de pacientes.